

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2012

(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 25,2% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 6,9% vencem de 2013 a 2020 e 67,9% foram renovados tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessões que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Os bens patrimoniais decorrentes dos Contratos de Programas, elaborados de acordo com a Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados no ativo intangível. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

A autorização para emissão das Informações Trimestrais ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 05 de novembro de 2012.

A Demonstração do Resultado Abrangente não foi divulgada, em função da Companhia não possuir resultados abrangentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

2.1 Declaração de Conformidade -- continuação

Em atendimento ao preconizado no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia tendo por objetivo preservar a comparabilidade, reclassificou o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme apresentado a seguir:

Ativo	2011		2011
	Divulgado	Reclassificação	Reclassificado
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	322.399	(114.676)	207.723
Total do Ativo	5.678.744	(114.676)	5.564.068
Passivo			
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	114.676	(114.676)	-
Total do Passivo	5.678.744	(114.676)	5.564.068

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Informações Trimestrais-ITR, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos da data da contratação;

b) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente;

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

d) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização;

e) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

f) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos;

g) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 8. O Imobilizado não supera o seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*;

h) Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, Direito de Uso e Contratos de Programas. A amortização é calculada pelos prazos de vigência dos contratos, mencionados nas notas explicativas nºs 8 e 12. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*;

A Companhia, em atendimento a Lei 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão e Lei 11.445/07 – Marco Regulatório do Saneamento, registra no intangível os bens patrimoniais vinculados aos Contratos de Programas e efetua a amortização de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos bens, dos dois o menor;

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%;

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 15.c. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras;

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

j) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente;

k) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto, inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil;

l) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel e alguns municípios, em condições usuais de mercado, conforme demonstrado na nota 18;

m) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados e pensionistas) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 600 da CVM, conforme demonstrado na nota 25;

n) Questões Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária atualmente com base na legislação ambiental em vigor no Brasil;

o) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados;

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

p) Concessões

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico de duas maneiras: No Ativo Imobilizado os Bens Patrimoniais decorrentes de Contratos de Concessão, e no Ativo Intangível os decorrentes de Contratos de Programas, em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Caixa	-	2
Depósitos Bancários Livres	203	1.743
Depósitos Bancários Vinculados	8.331	9.443
Aplicações Financeiras (1)	217.875	129.104
Total	226.409	140.292

(1) As aplicações financeiras possuem características de curto prazo de alta liquidez com riscos insignificantes de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos, com remuneração média de 99,58% do CDI (98,81% para o mesmo período de 2011).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Contas a Receber Vincendas	128.730	103.181
Contas a Receber de Parcelamentos	20.129	22.345
Ajuste a Valor Presente	(1.309)	(1.694)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	86.597	73.613
	<u>234.147</u>	<u>197.445</u>
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	70.244	51.702
De 31 a 60 dias	14.049	12.303
De 61 a 90 dias	6.330	4.974
De 91 a 180 dias	9.311	11.610
Mais de 180 dias	107.072	101.058
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(89.239)	(81.782)
	<u>117.767</u>	<u>99.865</u>
Totais de Contas a Receber, líquidas	351.914	297.310
Curto Prazo	334.999	280.823
Longo Prazo	16.915	16.487

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$22.401 (R\$21.576 em 31/12/2011), refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$83.432 (R\$64.095 em 31/12/2011) de Particulares; R\$11.934 (R\$14.194 em 31/12/2011) dos setores Estadual e Federal.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES -- continuação

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Saldos no Início do Período	(81.782)	(72.362)
Valores Registrados como Despesa	(7.894)	(10.774)
Baixas, Líquidas das Recuperações	437	1.354
Saldos no Final do Período	(89.239)	(81.782)

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Clientes Particulares (1)	43.663	41.615
Órgãos do Governo Federal (1)	19	106
Prefeituras Municipais (2)	45.557	40.061
Totais	89.239	81.782

(1) Registro de perdas das contas vencidas há mais de 180 dias.

(2) É constituída provisão para os créditos vencidos há mais de 2 anos.

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de Renda a compensar	1.347	10.703
Contribuição Social a compensar	-	2.734
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.333	1.284
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	2.962	15.003
Curto Prazo	1.967	14.045
Longo Prazo	995	958

7. OUTROS CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Adiantamentos a Empregados	12.305	2.831
Pagamentos Reembolsáveis	1.199	3.427
Depósitos Dados em Garantia	2.850	2.856
Depósitos Vinculados	10.449	7.533
Despesas Antecipadas	4.034	3.438
Ativos Financeiros Contratuais (1)	9.346	106
Cheques, Títulos e Outros	9.097	1.057
Totais	49.280	21.248
Curto Prazo	39.200	20.408
Longo Prazo	10.080	840

(1) Ativos financeiros vinculados aos contratos de programa de acordo com a lei 11.445/07.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2012	31/12/2011
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.870.120	(981.079)	1.889.041	1.879.279
Sistemas de Esgoto	2.689.194	(550.172)	2.139.022	2.040.057
Resíduos Sólidos	3.203	(2.199)	1.004	1.096
Administração	142.779	(80.308)	62.471	59.088
Outras Imobilizações	22.641	(12.849)	9.792	8.069
Projetos e Obras em Andamento	615.683	-	615.683	553.303
Estoques para Obras	39.717	-	39.717	38.118
Totais	6.383.337	(1.626.607)	4.756.730	4.579.010

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

a) Imobilizado -- continuação

Por Natureza						30/09/2012	31/12/2011
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo		Depreciação Acumulada		Valor	Líquido
		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ajustes de Avaliação Patrimonial			
		Custo		Custo			
Terrenos	-	58.482	-	-	-	58.482	56.953
Poços	2,86%	82.054	3.610	(26.953)	(639)	58.072	57.635
Barragens	2%	127.219	10.167	(30.757)	(7.998)	98.631	100.543
Construções Civas	* 1,84%	1.226.061	47.178	(268.416)	(29.109)	975.714	972.006
Benfeitorias	2%	9.424	-	(1.349)	-	8.075	6.171
Tubulações	* 1,95%	2.698.559	343.991	(494.533)	(192.349)	2.355.668	2.265.475
Ligações Prediais	3,33%	375.296	6.995	(132.992)	(1.783)	247.516	231.267
Instalações	6,67%	43.659	1.778	(19.895)	(916)	24.626	22.063
Hidrômetros	10%	123.171	1.234	(65.588)	(648)	58.169	58.584
Macromedidores	10%	2.866	463	(1.643)	(252)	1.434	1.544
Equipamentos	* 6,23%	325.221	18.677	(172.359)	(6.642)	164.897	159.164
Móveis e Utensílios	7,14%	22.531	1.702	(14.680)	(918)	8.635	7.141
Equipamentos de Informática	* 19,82%	96.332	10.394	(75.016)	(7.706)	24.004	30.012
Ferramentas	6,67%	551	87	(363)	(22)	253	232
Veículos	* 13,05%	55.580	9.275	(47.471)	(5.137)	12.247	14.285
Máquinas, Tratores e Similares	* 19,35%	17.740	6.597	(16.548)	(3.925)	3.864	4.514
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.043	-	-	-	1.043	-
Projetos e Obras em Andamento	-	615.683	-	-	-	615.683	553.303
Estoques para Obras	-	39.717	-	-	-	39.717	38.118
Totais		5.921.189	462.148	(1.368.563)	(258.044)	4.756.730	4.579.010

* Taxa Média Ponderada

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$204.104 e R\$215.435, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

O saldo da conta “Projetos e Obras em Andamento” em 30 de setembro de 2012, refere-se a 191 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 104 localidades, no montante de R\$191.097; 254 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 94 localidades, no montante de R\$345.454, e ainda R\$79.132 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Até este trimestre foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$12.804 (R\$10.941 no mesmo período de 2011).

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas		30/09/2012		31/12/2011	
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido	
Sistemas de Água	55.823	(28.711)	27.112	4.242	
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(45.200)	79.920	83.050	
Outros Ativos Intangíveis	47.525	(21.326)	26.199	6.568	
Totais	228.468	(95.237)	133.231	93.860	

Por Natureza		30/09/2012		31/12/2011	
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	509	-	509	-
Poços (1)	3,33%	3.417	(1.302)	2.115	126
Barragens (1)	3,33%	541	(356)	185	-
Construções Cíveis (1)	3,33%	15.938	(5.685)	10.253	35
Benfeitorias (1)	3,33%	111	(23)	88	24
Tubulações (1)	3,33%	33.056	(12.190)	20.866	144
Ligações Prediais (1)	3,33%	6.457	(2.448)	4.009	42
Instalações (1)	6,67%	1.389	(598)	791	91
Hidrômetros (1)	10%	3.133	(1.742)	1.391	22
Macromedidores (1)	10%	65	(43)	22	-
Equipamentos (1)	* 6,23%	6.489	(3.595)	2.894	54
Móveis e Utensílios (1)	7,14%	32	(18)	14	-
Equipamentos de Informática (1)	* 19,82%	982	(926)	56	-
Programas de Informática (1)	20%	20.340	(13.812)	6.528	6.578
Veículos (1)	* 13,05%	984	(871)	113	-
Máquinas, Tratores e Similares (1)	* 19,35%	401	(368)	33	-
Ferramentas (1)	6,67%	11	(9)	2	-
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	* 6,25%	153	(102)	51	47
Proteção e Preservação Ambiental	20%	9.340	(5.949)	3.391	3.647
Concessão do Município de Curitiba (2)	3,33%	125.000	(45.139)	79.861	82.986
Concessão do Município de Cianorte (3)	5%	120	(61)	59	64
Totais		228.468	(95.237)	133.231	93.860

* Taxa Média Ponderada

- (1) Bens patrimoniais referentes às renovações contratuais, anteriormente denominadas de concessão plena para concessão de operação, através de contratos de programas que têm por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, onde a Companhia detém a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência dos contratos. A amortização ocorre pelo prazo de vigência dos contratos (30 anos) ou pela vida útil dos bens (dos dois o menor).
- (2) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.
- (3) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível

Descrição	31/12/2011	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	30/09/2012
Intangível						
Terrenos	-	-	-	-	509	509
Poços	126	12	(19)	-	1.996	2.115
Barragens	-	-	(3)	-	188	185
Construções Cíveis	35	-	(106)	-	10.324	10.253
Benfeitorias	24	-	(1)	-	65	88
Tubulações	144	85	(230)	-	20.867	20.866
Ligações Prediais	42	-	(60)	(3)	4.030	4.009
Instalações	91	37	(26)	-	689	791
Hidrômetros	22	-	(102)	(7)	1.478	1.391
Macromedidores	-	-	(3)	-	25	22
Equipamentos	54	157	(93)	(4)	2.780	2.894
Móveis e Utensílios	-	2	(1)	-	13	14
Equipamentos de Informática	-	-	(49)	-	105	56
Programas de Informática	6.578	2.628	(2.678)	-	-	6.528
Veículos	-	-	(25)	-	138	113
Máquinas, Tratores e Similares	-	-	(11)	-	44	33
Ferramentas	-	-	-	-	2	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	47	5	(3)	-	2	51
Proteção e Preservação Ambiental	3.647	548	(804)	-	-	3.391
Concessão do Município de Curitiba	82.986	-	(3.125)	-	-	79.861
Concessão do Município de Cianorte	64	-	(5)	-	-	59
Totais Intangível	93.860	3.474	(7.344)	(14)	43.255	133.231
Imobilizado						
Terrenos	56.953	1.630	-	-	(101)	58.482
Poços	57.635	277	(908)	-	1.068	58.072
Barragens	100.543	45	(1.796)	-	(161)	98.631
Construções Cíveis	972.006	2.540	(17.399)	(49)	18.616	975.714
Benfeitorias	6.171	200	(120)	(2)	1.826	8.075
Tubulações	2.265.475	13.999	(44.694)	(36)	120.924	2.355.668
Ligações Prediais	231.267	26	(7.805)	(297)	24.325	247.516
Instalações	22.063	527	(1.752)	(4)	3.792	24.626
Hidrômetros	58.584	11	(7.945)	(659)	8.178	58.169
Macromedidores	1.544	-	(205)	-	95	1.434
Equipamentos	159.164	12.771	(10.850)	(1.456)	5.268	164.897
Móveis e Utensílios	7.141	2.019	(642)	(35)	152	8.635
Equipamentos de Informática	30.012	137	(6.099)	(166)	120	24.004
Ferramentas	232	40	(17)	-	(2)	253
Veículos	14.285	246	(2.146)	-	(138)	12.247
Máquinas, Tratores e Similares	4.514	-	(605)	-	(45)	3.864
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.043	-	-	-	1.043
Subtotais Imobilizado Operacional	3.987.589	35.511	(102.983)	(2.704)	183.917	4.101.330
Projetos e Obras em Andamento	553.303	299.014	-	(222)	(236.412)	615.683
Estoques para Obras	38.118	1.599	-	-	-	39.717
Totais Imobilizado	4.579.010	336.124	(102.983)	(2.926)	(52.495)	4.756.730
Total Geral	4.672.870	339.598	(110.327)	(2.940)	(a) (9.240)	4.889.961

(a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

No exercício de 2011 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2009, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação atualmente utilizadas para os exercícios de 2011 e 2012.

e) Custo Atribuído

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) A composição de empréstimos, financiamentos e debêntures é a seguinte:

Descrição	Taxa de	Indexador	Vencimento	30/09/2012	31/12/2011
	Juros Anual Efetiva		Final		
Repasses do Banestado/Itaú (BID e BIRD):					
· Paraná Urbano – BID II (1)	11,57%	-	2014	-	9.472
Caixa Econômica Federal – CEF (2)	6,92% a 14,01%	TR	2033	665.196	657.635
Banco do Brasil S/A (3)	8,18%	TR	2014	64.343	93.635
Município de Maringá – CEF/CURA	6,48%	TR	2014	93	136
Debêntures (4)	9,38%	TJLP	2012	11.054	44.270
Debêntures 2ª Emissão (5)	7,67%	TJLP	2024	59.818	-
BNDES (6)	8,25% e 7,57%	TJLP	2023	182.846	144.012
Subtotais				983.350	949.160
Parcelas Vencíveis a Curto Prazo				(138.768)	(175.647)
Empréstimos e Financiamentos				(127.169)	(131.377)
Debêntures				(11.599)	(44.270)
Parcelas Vencíveis a Longo Prazo				844.582	773.513

TR = “Taxa Referencial”, taxa de juros estabelecida mensalmente pelo Banco Central do Brasil. A taxa acumulada da TR até o terceiro trimestre, findo em 30 de setembro de 2012, foi de 0,29% (0,99% para o mesmo período de 2011).

TJLP = “Taxa de Juros de Longo Prazo”, taxa de juros estabelecida trimestralmente pelo Banco Central do Brasil. Até o terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2012, a taxa acumulada da TJLP foi de 4,34% (4,47% para o mesmo período de 2011).

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

- (1) Banestado/Itaú (Agente Financeiro do Programa Paraná Urbano – BID II) – empréstimos com recursos oriundos do Sistema de Financiamentos Municipais, cujo Órgão Gestor é o Serviço Social Autônomo - Paranacidade. Os empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de administração está incluída na taxa de juros. Os juros são calculados com base na TJLP, acrescidos de uma margem de 5% ao ano. A Companhia quitou antecipadamente em 29/06/2012 o saldo deste financiamento tendo em vista o benefício financeiro estimado de R\$53.
- (2) Caixa Econômica Federal – formado por 222 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, utilizados para aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas.

Esses empréstimos são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial, no montante de R\$145.185 e pelas receitas próprias da Companhia. Mediante o Contrato de Repactuação de Garantia e Outras Avenças nº 411 PGFN/CAF, de 25/04/2008, 35 contratos que a União adquiriu da Caixa, por força da MP nº 2196-3, de 2001, passaram a ser garantidos por 16% do total da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto no Estado, até o limite do saldo devedor total atualizado dos referidos contratos. A taxa média ponderada de juros é de 6,79% ao ano, acrescida da taxa de administração de até 2,00%, havendo contratos sem taxa de administração e outros com percentuais de 1,00%, 1,01%, 1,41% e 2,00% ao ano. A taxa de risco de crédito é de até 1,70% ao ano, havendo contratos com taxas de risco de 0,30%, 0,50%, 1,00% e 1,70% ao ano.

O prazo final para pagamento é em 2033. Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, cujo saldo em 30/09/2012 é de R\$8.329 (R\$7.884 em 31/12/2011), equivalente a um encargo mensal, valor esse registrado em depósitos vinculados no Ativo Não Circulante.

- (3) Banco do Brasil S/A – empréstimo relativo ao refinanciamento de dívidas junto à CEF – Caixa Econômica Federal. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelo Estado do Paraná. A taxa de administração é de 0,10% ao ano, acrescida da taxa de juros.
- (4) Debêntures – emitidas em 15/12/2002 para colocação em 4 séries, com valor nominal unitário de um milhão de reais, sendo: a 1ª série com 95 debêntures, a 2ª série com 55 debêntures, a 3ª série com 50 debêntures e a 4ª série com 20 debêntures, totalizando 220 debêntures no montante total de R\$220.000, as quais foram colocadas pela Sanepar em 20/12/2002, 06/06/2003, 28/07/2005 e 29/04/2008, respectivamente. Essas debêntures são do tipo simples, nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, não endossáveis e não conversíveis em ações, com garantia flutuante nos termos do artigo 58 § 1º, da Lei 6.404/76, e com garantia adicional de vinculação de 20% da receita arrecadada proveniente da prestação de serviços de água e esgotamento sanitário. As debêntures estão sendo amortizadas em 84 parcelas mensais e consecutivas com remuneração de 3,63% ao ano, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central. A 4ª série colocada pela Sanepar em abril de 2008, está sendo amortizada em igual número de parcelas restantes das demais séries, e teve o início de amortização em 15/05/2008.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

- (5) Debêntures 2ª Emissão – emitidas em 15/08/2011 para colocação em 3 séries, com valor nominal unitário de trinta e nove mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e três centavos, sendo: a 1ª série com 3.000 debêntures, a 2ª série com 3.000 debêntures e a 3ª série com 4.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$395.155. Em 22/06/2012 ocorreu a colocação de R\$59.273 referente a 1ª série. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada. As debêntures da 1ª e 3ª séries serão amortizadas em 121 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 1,92% ao ano, acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, com carência de 36 meses. A 2ª série será amortizada em 10 parcelas anuais e sucessivas com remuneração de 9,195575% (taxa de referência + 1,92%) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado pelo IPCA, com carência de 37 meses.
- (6) BNDES – formado por 3 contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo de Participação PIS/PASEP, estão sendo utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização e, também, para a ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, cujo saldo em 30/09/2012 é de R\$10.389 (R\$7.932 em 31/12/2011), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. Os contratos são amortizados da seguinte forma: (i) dois contratos tiveram o início da amortização após o período de carência, em 108 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de maio de 2010 e janeiro de 2011, respectivamente, e estão sendo remunerados a taxa de 2,5% ao ano, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e (ii) um contrato teve o início da amortização após o período de carência, em 138 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento a partir de agosto de 2011, e remunerado à taxa de 1,82% ao ano, acima da TJLP.

No caso de a TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder esse índice será incorporado ao saldo devedor principal. Os percentuais de 2,5% e 1,82% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirão sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

b) Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	30/09/2012		31/12/2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldos no início do período	175.647	773.513	172.830	840.368
Liberações	-	168.988	-	98.015
Juros e Taxas	66.342	-	90.926	-
Variações Monetárias	-	2.128	-	9.056
Transferências	100.047	(100.047)	173.926	(173.926)
Amortizações	(203.268)	-	(262.035)	-
Saldos no final do período	138.768	844.582	175.647	773.513

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

c) Os vencimentos de longo prazo dos financiamentos e debêntures estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Financiamentos	Debêntures	Total
2013	33.359	-	33.359
2014	91.516	1.960	93.476
2015	77.278	5.878	83.156
2016	70.780	5.878	76.658
2017	66.827	5.878	72.705
2018 a 2033	445.549	39.679	485.228
Total	785.309	59.273	844.582

10. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL / PARTE RELACIONADA

a) A composição dos Créditos para Aumento de Capital é a seguinte:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Empréstimos e Financiamentos		
Paranásan – Contrato subempréstimo – Estado/JBIC	185.051	185.051
Paranásan – Acordo Formal – Estado do Paraná	156.159	156.159
Outros – Acordo Formal – Estado do Paraná	25.810	25.810
Total de Empréstimos e Financiamentos (1)	367.020	367.020
Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio (2)	17.608	17.608
Paranásan – Liberações ocorridas na vigência do contrato (3)	177.296	177.296
Remuneração (4)	409.696	369.249
Saldo até 30 de setembro de 2012	971.620	931.173

- (1) Saldo de Empréstimos e Financiamentos, transformado em Créditos para Aumento de Capital, conforme Termo de Resilição celebrado entre a Sanepar e o Estado do Paraná em 18 de dezembro de 2003.
- (2) Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio decorrente do encontro de contas realizado, em 15 de dezembro de 2003, entre a Sanepar e o Estado do Paraná. Os créditos de Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2002, no valor de R\$34.743, possibilitaram a quitação de débitos relativos a faturas de água e esgoto, no montante de R\$17.135, e o saldo remanescente de R\$17.608, a favor do Estado do Paraná, foi transferido para a conta de Créditos para Aumento de Capital.
- (3) Recursos repassados na forma do acordo de empréstimo BZ-P13, firmado entre o Estado do Paraná e o “JBIC – Japan Bank for International Cooperation”. Estes valores foram registrados diretamente como Créditos para Aumento de Capital, conforme previsto na Cláusula Terceira do Termo de Resilição Amigável, de 18 de dezembro de 2003.
- (4) Remuneração dos saldos dos créditos destinados a aumento de capital, existentes em 31 de dezembro de 2003 e aportes realizados na vigência do contrato, pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, conforme acordo entre a Sanepar e o Estado do Paraná, aprovado pela 9ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 13 de setembro de 2005.

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	8.669	8.228
Contratos e Convênios com Terceiros	12.294	9.414
Convênios com Prefeituras Municipais	4.567	4.915
Cauções e Valores a Reembolsar	6.579	4.156
Totais	32.109	26.713
Curto Prazo	25.625	20.559
Longo Prazo	6.484	6.154

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 30 de setembro de 2012 é de R\$95.141 (R\$95.739 em 31/12/2011), sendo R\$5.546 (R\$5.342 em 31/12/2011) registrados no passivo circulante e R\$89.595 (R\$90.397 em 31/12/2011) no passivo não circulante.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de Renda a Pagar	19.264	-
Contribuição Social a Pagar	7.012	-
COFINS a Pagar	12.814	10.101
PASEP a Pagar	2.782	2.193
ISSQN – Parcelamento (1)	-	3.912
COFINS – Parcelamento (2)	12.271	14.885
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	4.693	9.041
Totais de Impostos e Contribuições	58.836	40.132
Curto Prazo	52.455	26.319
Longo Prazo	6.381	13.813

- (1) Este valor, refere-se à dívida junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, relativa ao ISSQN incidente sobre a execução de serviços complementares à atividade principal da Sanepar, referente ao período de 1994 a 1998, a qual foi parcelada em 90 parcelas mensais. A Companhia quitou antecipadamente em 22/06/2012 o saldo desta dívida tendo em vista o benefício financeiro.
- (2) Refere-se ao parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional restando, em 30 de setembro de 2012, 25 parcelas a vencer. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. A decisão está aguardando publicação, cabendo ainda recurso à União.

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisões

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A posição em 30 de setembro das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais, é a seguinte:

Natureza	31/12/2011	Adições	Reversões	Utilizações	30/09/2012
Ações Trabalhistas (1)	137.194	40.158	(9.459)	(7.080)	160.813
Ações Cíveis (2)	151.396	23.394	(8.390)	(689)	165.711
Ações Ambientais (3)	3.789	15	-	-	3.804
Ações Tributárias (4)	272	2	-	-	274
Total	292.651	63.569	(17.849)	(7.769)	330.602

b) Passivos Contingentes

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para as quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição em 30 de setembro dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	30/09/2012	31/12/2011
Ações Cíveis (2)	100.363	95.551
Ações Ambientais (3)	62.672	7.364
Ações Tributárias (4)	12.965	11.731
Totais	176.000	114.646

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

b) Passivos Contingentes -- continuação

- (1) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.
- (2) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de montantes provisionados em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros.
- (3) As provisões ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente de vazamento/extravazamento de redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão.
- (4) As provisões tributárias relacionam-se, basicamente, a questionamentos movidos pela prefeitura municipal de Tamboara referente ao ISSQN e do município de Santo Antônio da Platina referente ao IPTU.

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	30/09/2012	31/12/2011
Ações Trabalhistas	98.334	84.082
Ações Cíveis	42.248	37.566
Ações Ambientais	560	560
Ações Tributárias	1.839	1.471
Totais	142.981	123.679

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	30/09/2012		30/09/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes dos Impostos	421.725	421.725	286.420	286.420
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes	(105.431)	(37.955)	(71.605)	(25.778)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	15.846	5.705	14.792	5.325
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1)	137	49	100	36
Ajustes a Valor Presente de Contas a Receber (1)	96	35	46	17
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2)	415	-	401	-
Incentivo Empresa Cidadã (3)	194	-	109	-
Outros	(365)	(161)	(48)	(37)
Totais das Despesas	(89.108)	(32.327)	(56.205)	(20.437)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(121.435)		(76.642)	
Alíquota Efetiva	28,8%		26,8%	

(1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;

(2) De acordo com o Decreto 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica;

(3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2012	30/09/2011
Imposto de Renda	(120.828)	(77.328)
Contribuição Social	(43.365)	(27.631)
Realização do Imposto de Renda Diferido	31.721	21.123
Realização da Contribuição Social Diferida	11.037	7.194
Totais	(121.435)	(76.642)

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	30/09/2012			31/12/2011	
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
BASES ATIVAS						
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	663.823	165.956	59.744	225.700	202.850
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	4.163	1.040	375	1.415	1.415
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	330.602	82.651	29.754	112.405	99.501
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	50.025	12.506	4.502	17.008	15.143
Provisão para PPR	1 ano	10.928	2.732	984	3.716	3.490
Totais			264.885	95.359	360.244	322.399
BASES PASSIVAS						
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	19 anos	161.464	40.366	-	40.366	41.428
Reserva de Reavaliação	14 anos	170.351	42.588	15.332	57.920	60.230
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	2 anos	33.754	8.438	3.038	11.476	13.018
Totais			91.392	18.370	109.762	114.676
Total líquido			173.493	76.989	250.482	207.723

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura dos Créditos e Débitos, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2012	5.498	1.979	7.477	2.959	876	3.835
2013	11.064	3.983	15.047	11.836	3.506	15.342
2014	24.611	8.860	33.471	5.085	1.076	6.161
2015	11.064	3.983	15.047	5.085	1.076	6.161
2016 a 2018	115.841	41.703	157.544	15.257	3.228	18.485
2019 a 2021	33.191	11.949	45.140	15.257	3.228	18.485
2022 a 2024	33.191	11.949	45.140	15.257	3.228	18.485
2025 a 2027	30.425	10.953	41.378	12.268	2.152	14.420
2028 a 2030	-	-	-	6.291	-	6.291
2031	-	-	-	2.097	-	2.097
Totais	264.885	95.359	360.244	91.392	18.370	109.762

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é composto de 414.082.182 ações, sendo 289.836.870 ações ordinárias e 124.245.312 ações preferenciais (mesma posição em 31/12/2011) sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; e (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade.

O valor patrimonial de cada ação em 30 de setembro de 2012 é de R\$6,15 (R\$5,58 em 31 de dezembro de 2011).

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2012 é de R\$1.800.000, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	173.902.122	60,0	43.475.530	35,0	217.377.652	52,5
Dominó Holdings S/A	115.106.273	39,7	28.776.568	23,1	143.882.841	34,7
Prefeituras Municipais	-	-	2.339.005	1,9	2.339.005	0,6
Investidores Estrangeiros	-	-	17.140.274	13,8	17.140.274	4,1
Demais Investidores	828.475	0,3	32.513.935	26,2	33.342.410	8,1
Totais	289.836.870	100,0	124.245.312	100,0	414.082.182	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado até o terceiro trimestre, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$4.486 (R\$4.466 no mesmo período de 2011), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado, objeto das reavaliações.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

b) Reserva de Reavaliação -- continuação

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	30/09/2012	30/09/2011
Saldos no início do período	116.917	122.867
Realização da Reserva de Reavaliação	(6.797)	(6.766)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.311	2.300
Saldos no final do período	112.431	118.401

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio (dividendos).

A previsão e realização dos investimentos de recursos financeiros, em projetos e obras nos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitário no exercício de 2012, estão apresentados como segue:

Programas	Previsto em 2012		Realizado em 2012		Percentual Realizado
	Recursos Próprios	Outras Fontes	Recursos Próprios	Outras Fontes	
Implant. e Ampl. dos Sistemas Água e Esgoto	117.311	216.160	101.615	168.988	81,2%
Resíduos Sólidos	5.000	-	408	-	8,2%
Investimentos Operacionais	64.467	41.094	34.892	-	33,1%
Infraestrutura	10.000	-	10.265	-	102,7%
Proteção e Preservação Ambiental	2.176	-	570	-	26,2%
Programa Implantação e Ampliação/Compl.	5.233	2.479	-	-	0,0%
Ampliação de Redes e Ligações e Investimentos Operacionais	15.442	18.873	22.860	-	66,6%
Totais	219.629	278.606	170.610	168.988	68,2%

Do montante de R\$170.610 investidos com recursos próprios no exercício de 2012, R\$68.995 corresponde à geração de caixa e R\$101.615 à Reserva para Plano de Investimentos constituída em 2011, aprovada na 48ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/04/2012, sendo aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

d) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

d) Remuneração aos Acionistas -- continuação

uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 25/04/2012, a Assembleia de Acionistas aprovou a proposta de pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio, creditados aos acionistas no exercício de 2011, no montante bruto de R\$118.550 (R\$111.210 líquido do imposto de renda retido na fonte), sendo que até 30/09/2012, foi quitado o montante de R\$111.125.

Em junho de 2012, a Administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a 4ª/2012 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 19 de junho de 2012, o crédito de Juros sobre o Capital Próprio a razão de 50%, face ao que estabelece o acordo de acionistas, observando o limite legal da variação da TJLP no período, com base nos resultados apurados no 1º semestre de 2012. O valor bruto dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados para o primeiro semestre de 2012, foi de R\$63.383, sendo retido o valor de R\$3.852 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte. Esse crédito gerou uma economia tributária de R\$21,5 milhões.

Os juros sobre o capital próprio creditados em 30/06/2012, imputados aos dividendos, por ação, correspondem a R\$0,148610790270 para as ações ordinárias e R\$0,163471869265 para as ações preferenciais, bruto do imposto de renda na fonte. Esses juros serão pagos após aprovação da Assembleia Geral Ordinária que deverá ocorrer até o mês de abril de 2013.

O montante total de R\$90.787 (R\$142.650 em 31/12/2011) registrado no Passivo Circulante como Juros sobre o Capital Próprio em 30/09/2012, líquido do imposto de renda na fonte, inclui R\$63.895 (R\$92.574 em 31/12/2011) do acionista Estado do Paraná, R\$18.539 (R\$34.674 em 31/12/2011) do acionista Dominó Holdings S/A, R\$8.063 (R\$14.829 em 31/12/2011) de outros acionistas e R\$290 (R\$573 em 31/12/2011) relativos a valores de anos anteriores ainda não pagos efetivamente aos acionistas.

e) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

g) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

g) Ajustes de Avaliação Patrimonial – continuação

valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante o exercício foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$2.992 (R\$6.730 no mesmo período de 2011), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	30/09/2012	30/09/2011
Saldos no início do período	25.269	34.268
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(4.533)	(10.197)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	1.541	3.467
Saldos no final do período	22.277	27.538

17. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em agosto de 2012, a Companhia efetuou o registro contábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2011, aprovado em Reunião da Diretoria nº 26/2012 de 10/07/2012 e 5ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 10/07/2012 com anuência da Procuradoria Geral do Estado – PGE, no montante de R\$4.555.

18. PARTES RELACIONADAS

Substancialmente, as transações com partes relacionadas são relativas ao fornecimento de água e serviços de esgoto, providos ao Estado do Paraná, cuja receita montou de R\$43.237 e R\$35.987 até os terceiros trimestres de 2012 e 2011, respectivamente. Além disso, o Estado do Paraná possui, em 30/09/2012, os seguintes créditos junto à Companhia:

- ♦ Créditos para Aumento de Capital, registrado no Passivo Não Circulante, no montante de R\$971.620, conforme demonstrado na nota 10;
- ♦ Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$63.895.

Os custos com energia da Companhia, os quais são gerados pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL (uma das acionistas da Dominó Holdings S/A e controlada pelo Estado do Paraná) foram de R\$135.596 até o 3º trimestre de 2012 e R\$124.778 para o mesmo período do ano anterior.

Essas operações de vendas e compras têm sido realizadas, aplicando-se as mesmas condições daquelas realizadas com terceiros.

A Companhia também transaciona com diversas prefeituras municipais do Estado do Paraná o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto sanitário, com as quais mantém contratos de concessões e contratos de programas municipais para prestação de serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, cuja receita, com esses órgãos municipais,

18. PARTES RELACIONADAS -- continuação

até o terceiro trimestre de 2012, montou de R\$45.794 (R\$34.256 no mesmo período de 2011). Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

19. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi aprovada pela 48ª/2012 Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2012, no montante global de R\$7.872. Para o exercício de 2011 a aprovação se deu pela 47ª/2011 A.G.O. de 27/04/2011, no montante de R\$5.926 e pagamento efetivo de R\$4.374.

20. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	30/09/2012	30/09/2011
Receitas		
Receitas de Água	1.076.594	875.768
Receitas de Esgoto	527.054	431.718
Receitas de Serviços	55.642	49.358
Receitas de Resíduos Sólidos	3.418	3.086
Serviços Prestados a Prefeituras	3.123	1.427
Outras Receitas	17.303	11.773
Totais das Receitas Operacionais	1.683.134	1.373.130
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(100.667)	(79.885)
PASEP	(21.855)	(17.344)
Totais das Deduções	(122.522)	(97.229)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	1.560.612	1.275.901

21. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	30/09/2012			30/09/2011		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	109.269	34.137	143.406	93.813	27.856	121.669
Materiais	39.196	14.437	53.633	36.832	12.037	48.869
Energia Elétrica	126.605	11.187	137.792	115.241	11.248	126.489
Serviços de Terceiros	63.715	37.453	101.168	59.147	34.504	93.651
Depreciações e Amortizações	56.478	43.356	99.834	60.515	40.675	101.190
Outros Custos	38.132	11.807	49.939	31.112	11.325	42.437
Totais	433.395	152.377	585.772	396.660	137.645	534.305

22. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	30/09/2012	30/09/2011
Comerciais		
Pessoal	45.945	38.977
Materiais	2.536	2.359
Serviços de Terceiros	25.924	23.059
Depreciações e Amortizações	3.707	4.106
Perdas na Realização de Créditos	7.891	7.966
Outras Despesas	20.569	21.309
Totais das Despesas Comerciais	106.572	97.776
Administrativas		
Pessoal	240.554	193.123
Materiais	18.394	16.539
Serviços de Terceiros	59.643	34.288
Depreciações e Amortizações	6.786	6.454
Perdas na Realização de Créditos	3	-
Outras Despesas	27.614	23.294
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(55.628)	(54.931)
Despesas Capitalizadas (b)	(44.288)	(28.600)
Totais das Despesas Administrativas	253.078	190.167
Outras Despesas Operacionais		
Despesas		
Baixas de Ativos	(2.954)	(3.898)
Receitas		
Venda de Ativos	-	764
Totais das Outras Despesas Operacionais, líquidas	(2.954)	(3.134)

(a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

23. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	30/09/2012	30/09/2011
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	3.871	3.227
Aplicações Financeiras	15.287	12.542
Outras Receitas Financeiras	3.209	1.514
Totais das Receitas Financeiras	22.367	17.283
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(53.633)	(59.362)
Variações Monetárias Passivas	(42.253)	(45.512)
Outras Despesas Financeiras	(7.282)	(9.892)
Totais das Despesas Financeiras	(103.168)	(114.766)
Resultado Financeiro, líquido	(80.801)	(97.483)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se de seus valores de mercado.

Aplicações Financeiras: o saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras realizadas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água – ANA no valor de R\$5.489 (R\$5.196 em 31/12/2011); reserva de recursos financeiros no valor de R\$32.477 (R\$30.779 em 31/12/2011), que servirá como garantia adicional ao pagamento de pelo menos 3 parcelas vincendas do principal e juros das debêntures, bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, mencionada na nota 9 (2), no valor de R\$8.329 (R\$7.884 em 31/12/2011), e R\$10.389 (R\$7.932 em 31/12/2011), mencionada na nota 9 (6).

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	Janeiro a setembro de 2012
Saldos no Início do Período	(1.694)
Ajuste a Valor Presente	385
Saldos no Final do Período	(1.309)

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 29 (vinte e nove) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 9, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 30/09/2012, estão relacionados aos investimentos no ativo intangível e imobilizado.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Sobre as debêntures existem cláusulas contratuais restritivas relativamente aos seguintes índices: índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,5; margem EBITDA maior ou igual a 35%; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Adicionalmente a Companhia obriga-se a manter até a data da efetiva liquidação da totalidade das debêntures em circulação, uma reserva de recursos financeiros em valor suficiente para pagamento das 03 próximas parcelas vincendas, de todas as séries, incluindo os valores relativos ao pagamento dos juros remuneratórios.

Em 30 de setembro de 2012, essa conta reserva apresentava saldo de R\$32.477 (R\$30.779 em 31/12/2011), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. A Sanepar não poderá realizar qualquer movimentação dos recursos depositados na conta reserva, exceto para o pagamento dos juros e/ou amortização das debêntures.

Para as debêntures existe ainda, cláusula de garantia adicional de vinculação de 20% da receita arrecadada, cujo valor médio mensal, até 30/09/2012, não poderá ser inferior a R\$27.812.

Em relação à 2ª emissão de debêntures simples em emissão privada, não-conversíveis em ação a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, os seguintes índices: dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0; EBITDA/ROL igual ou superior a 35%; EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a 1,5. As debêntures da 2ª Emissão contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente à parcela mensal de R\$29.000, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011.

A Companhia firmou no ano de 2007, três contratos de financiamento com o BNDES e deve manter os seguintes índices econômicos-financeiros, apurados anualmente com base nas Demonstrações Contábeis: cobertura do serviço da dívida igual ou maior que 1,5; margem EBITDA igual ou maior que 35%; dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Os financiamentos contam com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$14.100, corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de dezembro de 2007. Além disso, os financiamentos estabelecem a necessidade de se manter uma conta reserva, com movimentação exclusiva pelo banco depositário, na qual ficam depositados valores que não podem ser inferiores ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 3 meses seguintes e cujo saldo em 30 de setembro de 2012 é de R\$10.389 (R\$7.931 em 31/12/2011).

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia está atendendo integralmente às cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamentos do BNDES.

Outras Contas: segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e de mercado em 30 de setembro de 2012. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa impactar de forma significativa os montantes registrados.

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 10,1 milhões de pessoas com água tratada e 6,2

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto. Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: i) aposentadorias programadas, as quais são tratadas como contribuição definida; ii) benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-doença e acidente) como benefício definido. Até o terceiro trimestre a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$14.541 (R\$12.335 no mesmo período de 2011) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,7% pela patrocinadora e 36,3% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, até o terceiro trimestre, o montante de R\$24.046 (R\$21.241 no mesmo período de 2011).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar são determinadas por atuário externo, (ATU-VERITA - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.), a qual emitiu parecer datado de 06 de fevereiro de 2012, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33, aprovado pela Deliberação 600 da CVM, foi contratada a Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda., que emitiu relatório detalhado, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	30/09/2012	31/12/2011
Curto Prazo	17.943	26.312	44.255	39.775
Longo Prazo	251.206	368.362	619.568	556.844
Totais	269.149	394.674	663.823	596.619

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2012:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2012
Custo do Serviço Corrente	2.255	11.865	14.120
Custo dos Juros	66.630	40.195	106.825
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(39.059)	(647)	(39.706)
Contribuições dos Empregados	(3.671)	-	(3.671)
Totais	26.155	51.413	77.568

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

O montante de R\$77.568 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2012, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado até o terceiro trimestre de 2012 o montante de R\$67.204 (R\$48.917 no mesmo período de 2011). No final do exercício de 2012 será realizada uma nova revisão atuarial, segundo cálculo preliminar efetuado em agosto de 2012, deverá ser apropriado o montante adicional estimado de R\$22.569. No 3º trimestre de 2012 já houve apropriação do montante adicional de R\$9.028 em relação ao montante previsto inicialmente.

26. TÍTULOS A PAGAR

A Companhia mantém operações financeiras junto à FUSAN, as quais estão suportadas por contratos assinados entre as partes para pagamento de dívida referente à dotação especial, determinada atuarialmente e indicada no plano de custeio da FUSANPREV. Essa dívida foi parcelada em 180 prestações mensais calculadas anualmente pela “Tabela Price” na taxa real de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC, sendo que até 30/09/2012 foram pagas 136 parcelas. A composição total do saldo em 30 de setembro de 2012, registrado como “títulos a pagar”, é de R\$20.546 (R\$23.307 em 31/12/2011), sendo R\$6.179 (R\$5.955 em 31/12/2011) no Passivo Circulante e R\$14.367 (R\$17.352 em 31/12/2011) no Passivo Não Circulante.

27. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia firmou contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, no montante de R\$16.250. Esse valor está sendo registrado na conta de receita em bases mensais pelo regime de competência. O montante reconhecido no resultado até o terceiro trimestre de 2012 foi de R\$1.896. O saldo em 30 de setembro de 2012 é de R\$14.354, sendo R\$3.250 registrados no passivo circulante e R\$11.104 no passivo não circulante.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS -- continuação

A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	Acumulado até setembro de 2012			Acumulado até setembro de 2011		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	1.122.482	540.226	1.662.708	913.745	446.185	1.359.930
Outras Receitas Operacionais	12.570	7.856	20.426	8.187	5.013	13.200
Total da Receita Operacional Bruta	1.135.052	548.082	1.683.134	921.932	451.198	1.373.130
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(75.383)	(47.139)	(122.522)	(60.007)	(37.222)	(97.229)
Receita Operacional Líquida	1.059.669	500.943	1.560.612	861.925	413.976	1.275.901
Custo	(433.394)	(152.378)	(585.772)	(396.660)	(137.645)	(534.305)
Lucro Bruto	626.275	348.565	974.840	465.265	276.331	741.596
Despesas Comerciais	(65.583)	(40.989)	(106.572)	(60.643)	(37.133)	(97.776)
Despesas Administrativas	(155.742)	(97.336)	(253.078)	(117.946)	(72.221)	(190.167)
Outras Despesas Operacionais	(1.818)	(1.136)	(2.954)	(1.944)	(1.190)	(3.134)
Resultado Financeiro, líquido	(38.199)	(42.602)	(80.801)	(49.270)	(48.213)	(97.483)
Programa de Participação nos Resultados	(2.803)	(1.752)	(4.555)	-	-	-
Provisões	(23.311)	(14.640)	(37.951)	(10.919)	(6.780)	(17.699)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(41.331)	(25.873)	(67.204)	(30.198)	(18.719)	(48.917)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	297.488	124.237	421.725	194.345	92.075	286.420
Imposto de Renda e Contribuição Social	(85.661)	(35.774)	(121.435)	(52.004)	(24.638)	(76.642)
Lucro Líquido do Período	211.827	88.463	300.290	142.341	67.437	209.778
Investimentos no Período (a)	158.355	181.243	339.598	93.914	165.063	258.977
Endividamento – Financiamentos e Debêntures	452.691	530.659	983.350	453.227	505.633	958.860
Imobilizado e Intangível, líquidos	2.228.401	2.661.560	4.889.961	2.125.179	2.493.448	4.618.627
Depreciações e Amortizações do Período	(62.936)	(47.391)	(110.327)	(67.035)	(44.715)	(111.750)
Contas a Receber (Curto e Longo Prazo)	308.967	133.495	442.462	258.983	111.471	370.454
Quantidade de Usuários – Não Auditado (b)	2.698.195	1.529.602	-	2.611.102	1.433.193	-
Volume Milhares de m ³ Faturados – Não Auditado (c)	412.244	257.646	-	393.567	240.991	-

(a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(b) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(c) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia contratou a empresa *Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S* para a execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício social de 2012 e emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) do 3º trimestre de 2012 e dos 1º e 2º trimestres de 2013. O presente contrato tem um prazo de duração de 365 dias, contados a partir de 16 de outubro de 2012.

30. REAJUSTE TARIFÁRIO

A Companhia foi autorizada pelo Decreto Estadual nº 3.839 de 15/02/2012, a proceder reajuste tarifário de 16,5%, impactando no faturamento para as contas emitidas a partir do dia 21/03/2012.

31. TARIFA SOCIAL

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do Decreto nº 2.460, autorizou a Companhia a manter o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgotos. A Tarifa Social tem o objetivo de beneficiar as famílias que moram em imóvel com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados) e percebam mensalmente até ½ (meio) salário mínimo por pessoa ou no máximo 2 (dois) salários mínimos por família, cujo consumo mensal de água não deverá ultrapassar os 10 m³ (dez metros cúbicos). O valor da tarifa reduzida para os serviços de água, na faixa de consumo de até 10 m³ (dez metros cúbicos), é de R\$5,80 (cinco reais e oitenta centavos) por mês. Caso este beneficiário utilize serviço de coleta e tratamento de esgoto pagará mais R\$2,90 (dois reais e noventa centavos), perfazendo um total de R\$8,70 (oito reais e setenta centavos).

Até o terceiro trimestre, com o benefício da Tarifa Social, a Companhia destinou o montante de R\$32,9 milhões, representando um percentual de 2,0% da receita operacional bruta, para atendimento à população enquadrada no respectivo Programa. No mesmo período de 2011, o impacto foi de R\$29,4 milhões, o que representou um percentual de 2,1% da receita operacional bruta.

32. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a ACE Seguradora para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$544.732, com vigência abrangendo o período de 04/12/2011 a 03/12/2012, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	375.139
Máquinas e Equipamentos e Veículos	129.675
Estoque	39.918
Total	544.732

Adicionalmente a Companhia possui contrato com a J. Malucelli Seguradora S.A. para a emissão de apólices de Seguro Garantia Judicial no montante de até R\$100.000, com vigência do contrato no período de 03/11/2011 a 02/11/2013, com a finalidade de garantir valores a serem depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 30 de setembro de 2012, a Companhia ofereceu garantias através de seguro garantia em 38 processos judiciais, no montante de R\$35.709.

A Companhia também firmou contrato com a ACE Seguradora S.A. para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$ 20 milhões, e vigência do contrato por 365 dias, a partir de 06/02/2012.

33. LOCAÇÃO DE ATIVOS

Em 29 de março de 2012, a Administração da Companhia aprovou uma nova modalidade de operação de financiamento, na forma de Locação de Ativos, de acordo com os ditames da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 11.079/2004, mediante licitação, para viabilizar os investimentos necessários para ampliar os sistemas de coleta e tratamento de esgoto na faixa litorânea nos municípios de Matinhos e de Pontal do Paraná.

Em 26 de julho de 2012 foi publicado o edital de licitação pública na modalidade de concorrência nº 260/2012, no entanto em 27 de setembro de 2012 a Companhia revogou o referido edital para revisão do seu conteúdo.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia renovou, em 17 de outubro de 2012, pelo prazo de 30 anos, a concessão com o município de Guarapuava, por meio da assinatura do contrato de programa de acordo com a lei 11.445/2007 – Marco Regulatório do Saneamento. Os bens patrimoniais vinculados a este contrato serão registrados no ativo intangível e no ativo financeiro. Nesta oportunidade a Companhia celebrou acordo com o município extinguindo a ação nº 3.692/2007, mediante pagamento de indenização no montante de R\$ 9 milhões.